

## OS LIVROS INFANTOJUVENIS E AS IMPRESSÕES DE GRACILIANO RAMOS

*Suzana Lopes de Albuquerque\**, *Maria das Graças de Loiola Madeira\*\**

### RESUMO

Este artigo apresenta aos leitores do romancista alagoano Graciliano Ramos, acostumados com uma escrita para adultos, uma publicação que resultou de sua preocupação com a infância e não apenas da sua própria, denominada *Infância*. Ao registrar seu ódio aos livros infantis, caracterizando-os como “maçadores, pesados, estopantes, xaroposos”, e, ao mostrar-se avesso ao pedantismo com o qual se compunham livros para os pequenos, Ramos assinalou estranheza e repugnância a tais práticas. Portanto, este artigo analisa a escola descrita por Ramos por dentro: a rudeza do aprendizado infantil, as leituras maçantes dos livros escolares, a formação moribunda dos professores, os dias enfadonhos da escola, a estrutura precária, os castigos físicos e as humilhações. Para fundamentar este trabalho, dialogou-se com Batista (2009), Benjamin (2011) e Gomes (2003). Observou-se que o mestre romancista alagoano, ao empreender uma visão crítica ao livro infantil da República brasileira, apresenta, juntamente com os literatos e educadores dos anos de 1920 e 1930, as mesmas disposições de tentar superar as velhas formas de ensino. Particularmente sobre o livro infantil, as críticas se aproximavam; porém, talvez houvesse um ponto crucial quanto ao tipo de literatura, os efeitos na formação da infância: o mundo real não deveria ser substituído pelo inventado, visto que a criança precisava simultaneamente transitar entre o mundo vivido e o mundo inventado.

**Palavras-chave:** Graciliano Ramos. Livros. Infância.

### CHILDREN'S BOOKS AND THE IMPRESSIONS OF GRACILIANO RAMOS

### ABSTRACT

*This article presents to the readers of the alagoan novelist Graciliano Ramos (1892-1953) a publication on the preoccupation with Childhood. By registering his hate of children's books while characterizing them as “boring, heavy, fickle, syrupy” and*

\* Doutoranda em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professora do Instituto Federal de Goiás (IFG) – Campus Goiânia Oeste. ORCID: 0000-0002-2001-5942. Correio eletrônico: suialopes@hotmail.com

\*\* Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Estágio Pós-Doutoral pela Università degli Studi di Firenze. Professora Associada do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). ORCID: 0000-0003-3563-7530. Correio eletrônico: mgloiola22@gmail.com

*his aversion to the pedantry contained in these books that were composed for little ones, Ramos was full of strangeness and repugnance to such practices. This article analyzes this school of writing, described by Ramos: the rudeness of the children's learning, the dull readings of the school books, the moribund formation of the teachers, the boring days of the school, the precarious structure, the corporal punishments and the humiliations. To support this work, there was a dialogue with Batista (2009), Benjamin (2011) and Gomes (2003). It was observed a reflection on the type of literature and the effects on the formation of childhood: the real world should not be replaced by the invented world; the child had to simultaneously transit between the lived world and the invented world.*

**Keywords:** *Graciliano Ramos. Books. Childhood.*

## LOS LIBROS INFANTILES Y JUVENILES Y LAS IMPRESIONES DE GRACILIANO RAMOS

### RESUMEN

*Este artículo presenta a los lectores del novelista alagoano Graciliano Ramos (1892-1953) una publicación sobre la preocupación con Infancia. Al registrar su odio a los libros infantiles caracterizándolos como “aburridos, pesados, tediosos, hastiados y reverso al pedantismo con el que se componían libros para los pequeños, Ramos se encargó de extrañeza y repugnancia a tales prácticas. Este artículo analiza la escuela descrita por Ramos por dentro: la rudeza del aprendizaje infantil, las lecturas fastidiosas de los libros escolares, la formación moribunda de los profesores, los días aburridos de la escuela, la estructura precaria, los castigos físicos y las humillaciones. Para fundamentar este trabajo, se ha dialogado con Batista (2009), Benjamin (2011) y Gomes (2003). Se ha observado una reflexión en cuanto al tipo de literatura y los efectos en la formación de la infancia: el mundo real no debería ser sustituido por el inventado; el niño necesitaba simultáneamente transitar entre el mundo vivido y el mundo inventado.*

**Palabras clave:** *Graciliano Ramos. Libros. La infancia.*

## 1 INTRODUÇÃO

Em uma carta enviada ao educador Anísio Teixeira, em 1938, Graciliano Ramos nos adianta o que pensava sobre a escrita para a criança: “Penso exatamente como você: se se procura um assunto infantil e se usa uma linguagem infantil, a criança percebe que somos tolos e não lê”<sup>1</sup>. Os leitores do romancista alagoano, acostumados com uma escrita para adultos, podem ser surpreendidos ao ler um Graciliano que se ocupou da infância e não apenas da sua própria ao publicar *Infância*. Certa vez afirmou que odiava o livro infantil: “Aqueles coisas

<sup>1</sup> Cf. Carta reproduzida por Ricardo Ramos Filho (2017, p. 298).

maçadoras, pesadas, estopantes, xaroposas [...]”<sup>2</sup>. O pedantismo com o qual se compunham livros para os pequenos era carregado de estranheza e repugnância nas impressões do romancista alagoano.

É provável que as críticas do autor de *Angústia* ao livro infantil tenham se convertido em três dos seus escritos: *A terra dos meninos pelados* (1937), *Alexandre e outros heróis* (1977), e uma crônica histórica, *A pequena história da República* (1939). Lembra Ricardo Ramos Filho (2017) que essa produção, não tão divulgada quanto às demais, encontra-se alinhada com os principais personagens de seus romances: Fabiano, Sinhá Vitória, Luís da Silva, Marina, Madalena e Paulo Honório, todos muito próximos do menino Raimundo, do conto *A terra dos meninos pelados*, por serem figuras socialmente deslocadas.

Algumas de suas crônicas em *Linhas tortas*, *Viventes das Alagoas* e o semanário palmeirense *O Índio* (1921)<sup>3</sup> trazem críticas do romancista aos livros infantis. A escola da infância e juventude vividas entre as cidades de Quebrangulo, Buíque, Palmeira dos Índios e Maceió é lembrada nos contos *Macobeca pré-histórico* (1930), *Um novo ABC*, *Prêmios e a Crônica VI* (1921), nos quais, particularmente, Graciliano se reporta aos livros infantis. Na obra *Infância*, a escola aparece por dentro: a rudeza do aprendizado infantil, as leituras maçantes dos livros escolares, a formação moribunda dos professores, os dias enfadonhos da escola, a estrutura precária, os castigos físicos, as humilhações<sup>4</sup>. Os capítulos *Leitura*, *Escola*, *Barão de Macaúbas* e *A criança infeliz* são alguns dos exemplos.

A escola como lugar para estimular o gosto pela leitura manteve-se distante da trajetória do menino Graça. Seu interesse pelo universo das letras, conforme depõe, recebeu da prima de nome Emília grande impulso, pois ela lhe contava histórias. Certo dia, explicou-lhe o significado e a pronúncia da palavra “astrônomo”: “São homens que conhecem o céu. Sabem tudo o que existe lá em cima. Sabem o nome de todas as estrelas [...]”<sup>5</sup>. Em poucas palavras e sem complicação, Emília lhe havia feito entender facilmente o que as lições dos livros não conseguiam.

O incômodo com os livros infantis aparece nas primeiras crônicas do jornal *O Índio*, com o pseudônimo de J. Calisto:

A gramática pedantesca, cheia de nomes gregos, de sutilezas que o leitor não compreende; a história do Brasil de perguntas e respostas, feita especialmente para que o estudante só responda ao mestre quando o quesito seja formulado com as mesmas palavras que estão no livro; a geografia presumida, a exibir uma erudição fácil, recheada de termos como estereografia, hipsografia, vulcanografia, potamografia e outras grafias de má sorte; todas as letras inodoras, incolores, desenxabidas, enjoativas, perfeita literatura de água morna. [...] Leva-se a melhor parte

<sup>2</sup> Cf. RAMOS, Graciliano. *O Índio*, em 20 de março de 1921.

<sup>3</sup> Thiago Mio Salla organizou, com o título *Garranchos* (2013), pela Editora Record, as crônicas do escritor alagoano publicadas originalmente em 1921 no semanário *O Índio*, de Palmeira dos Índios (AL). Uma atenção especial deve ser dada à de 20 de março de 1921.

<sup>4</sup> Graciliano Ramos dedicou algumas de suas notas à escola alagoana, dentre as quais estão *Professores improvisados* e *Alguns números relativos à instrução primária em Alagoas* (1935).

<sup>5</sup> Cf. A vida de Graciliano Ramos – reportagem biográfica de Francisco de Assis Barbosa. *Diretrizes*, Rio de Janeiro, ano v, n. 122, p. 12, 20 out. 1942.

da vida a ler aquilo e fica-se sem saber coisa alguma. Na idade em que a inteligência começa a despertar, confusa, obrigá-la a embrenhar-se pelas complicadas asperezas dos lusos clássicos – que horror, santo Deus! (*O Índio*, 20 de março de 1921 *apud* RAMOS, 1962, p. 67).

Pouco havia de se esperar da escola brasileira, que não atinava para o interesse dos pequenos e para sua capacidade de interpretação do mundo. Nesse aspecto, Graciliano Ramos atribuía um papel secundário aos sistemas de ensino com poder de mudança na estrutura social, como fazia crer grande parte dos intelectuais dos anos de 1930<sup>6</sup>. A escola brasileira republicana, conforme o velho Graça, devia sua existência às relações de poder das elites agrárias nacionais, convertendo-se em moeda de troca, como assim ele esboça em *São Bernardo*. Ao fundar uma escola em sua fazenda, o personagem Paulo Honório a transformou num símbolo de barganha político-partidária.

Mas as impressões do romancista alagoano sobre o modo como a escola aproximava a infância do universo literário eram, de algum modo, repetidas por outros intelectuais brasileiros, educadores e literatos, a partir dos anos de 1920. Monteiro Lobato, José Lins do Rego e Cecília Meireles seriam alguns deles.

Com a intenção de rememorar esse movimento de renovação da escola dos anos de 1930, a literatura infantojuvenil recebia do Ministério da Educação e Saúde do Estado Novo iniciativas inéditas. Bem ou mal, o propósito dos intelectuais de construir uma literatura que estimulasse o gosto pela leitura foi atendido pelo Governo Vargas, quando este passou a promover, em 1936, concursos literários para obras infantojuvenis. Embora houvesse limites na aplicação desses propósitos, era um avanço em relação aos tempos sombrios da história do livro infantil no Brasil. O desconhecimento e o pouco respeito às exigências dos pequenos quanto ao texto escrito foram alguns dos motivos que levaram os educadores do século XIX a tornar leitura obrigatória, nas escolas primárias, as adaptações de clássicos estrangeiros.

## 2 BREVES NOTAS SOBRE O SURGIMENTO DO LIVRO INFANTIL

A proposta iluminista do século XVIII, de formar o homem novo, trouxe consequências profundas na educação da criança ao longo dos séculos XIX e XX. A intenção era disseminar o declínio da velha ordem social colada à aristocracia e à Igreja Católica. Com ela, também procura pôr fim à escola que formava o humano para um *estado de transcendência*, cujo propósito era deslocar o indivíduo dos conteúdos práticos da vida mundana. Uma formação alheia ao mundo que produzia a vida material era algo inconcebível para os novos tempos que se avizinhavam com a hegemonia do capitalismo industrial. Os estados nacionais, portanto, precisavam ser fortalecidos com uma formação renovada de seus cidadãos. Educar e converter as emoções e as sensibilidades dos sujeitos em ensinamentos cívicos e patrióticos seria um modo de alinhá-los na sustentação moral e material de suas respectivas nações.

<sup>6</sup> Cf. O documento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 foi redigido e assinado por intelectuais de várias áreas, que se dirigiam ao povo e ao governo brasileiro. O atraso, sobretudo, da escola primária era colocado como o principal obstáculo para o progresso do país. O grupo propõe reformas no sistema de ensino obedecendo a diretrizes básicas por ele estipuladas.

Anterior a esta nova demanda, a visão humanista da formação infantil, de algum modo, guardava uma visão natural da criança. W. Benjamin argumenta que a obra *Orbis pictus* (1664), de Amos Comenius, seria um exemplo dessa literatura, pela importância atribuída às ilustrações e às suas relações com o texto escrito. Isso já indicava o quão o autor de a *Didática Magna* capturava as exigências da criança. Em *Livros infantis velhos e esquecidos*, de 1924, o filósofo alemão adverte deste modo: “A criança exige do adulto uma representação clara e compreensível, mas não infantil [...] ela possui um senso aguçado mesmo para uma seriedade distante e grave, contanto que esta venha sincera e diretamente do coração [...]” (BENJAMIN, 2011, p. 55).

Um primeiro produto iluminista para a infância estaria em *O livro elementar*, de J. B. Basedow (1770-1774), embora, conforme Benjamin, ele seguisse de perto Comenius. Mas ali já havia os critérios de uma pedagogia civil e reguladora da vida infantil, colocando as crianças “[...] como seres tão distantes e incomensuráveis, que é preciso ser especialmente inventivo na produção do entretenimento delas [...]” (BENJAMIN, 2011, p. 57). Como um catecismo, esse tipo de abordagem para a infância teria mais importância do que o universo lúdico e fantástico requerido pela natureza infantil. Concebida para um futuro promissor, a criança deveria se ajustar à apologia ao Estado nacional, a partir de uma visão racionalista. A pedagogia parecia ter esquecido de que “[...] a criança consegue lidar com os conteúdos do conto maravilhoso de maneira soberana e descontraída, como o faz com os detritos e os entulhos descartados pelo adulto.” (BENJAMIN, 2011, p. 58).

No Brasil, o livro infantil surgiu particularmente no final do século XIX. Embora tentasse contemplar o interesse infantil, na leitura de Ramos o livro não passava de “cópia mutilada” de obras estrangeiras, enfadonhas inclusive para os adultos. É o caso de *Os Lusíadas*, do poeta lusitano renascentista Luís de Camões, que recebeu uma edição adaptada para as escolas brasileiras de Abílio César Borges, em 1879. A obra do poeta português era um exemplo emblemático do que havia disponível para o público infantojuvenil escolar brasileiro. Lajolo e Zilberman (1988) lembram que restava à infância escolar adaptar-se a temas e contextos distantes e distintos do mundo vivido e falado por ela. O próprio Graciliano o testemunha:

Li aquilo de cabo a rabo, e no fim só me ficou a desagradável impressão de haver absorvido coisas estafantes, cheirando a morfo, em uma língua desconhecida, falada há quatrocentos anos; por gente de outra raça e de um país muito diferente do meu. [...] era um exercício feito sem o mínimo interesse de chegar ao fim. (RAMOS, *O Índio*, em 20 de março de 1921).

Mas o que agravava o quadro da literatura disponível para a infância no Brasil não era apenas o fato de haver traduções estrangeiras, e sim o tipo de livro selecionado. Obras ilustradas com narrativas simples, sem palavras rebuscadas e pedantes, já circulavam na Europa desde o século XVIII, mas foram entendidas pela nova pedagogia racionalista como ultrapassadas, argumenta Benjamin (2011). Ele relembra, em *Visão do livro infantil*, de 1926, um dos contos do escritor e poeta dinamarquês Hans Christian Andersen (05-1875) – “Nele tudo estava vivo. Os pássaros cantavam e as pessoas saíam do livro e falavam.” (BENJAMIN, 2011, p. 69); mas, quando se virava a página, pulavam imediatamente de volta. O essencial

nesse conto, adverte o filósofo, é que “[...] não são as coisas que saltam das páginas em direção à criança que as vai imaginando – a própria criança penetra nas coisas durante o contemplar como nuvem que se impregna do esplendor colorido desse mundo pictórico.” (BENJAMIN, 2011, p. 69).

A criança cultiva a capacidade de ultrapassar a parede ilusória e adentrar, de forma soberana, o mundo fantástico do conto. E, de forma também soberana, sair dele e retornar ao mundo vivido sem artifícios pedagógicos.

Uma segunda fase da literatura infantil no Brasil, classificada por Lajolo e Zilberman (1988), contempla o período de 1920 a 1940, no qual o país passava por uma lenta mudança, de natureza estrutural, na configuração do Estado e em suas políticas públicas, em seus espaços urbanos, com o trabalho livre nas principais cidades. Essa configuração formava um público consumidor dessa literatura, e o Estado definia o papel da escola para o homem republicano, cívico e patriótico, em nome do progresso moral e material. As novas concepções de literatura infantil que surgiam dessa segunda fase resultaram em produções nacionais acolhidas pelo Estado nacional nos concursos literários. Embora articuladas com os interesses do Estado republicano brasileiro, essas novas publicações permitiam outra leitura da capacidade de interpretação da criança e de sua autonomia diante de um texto escrito.

### 3 AS LEMBRANÇAS DE GRACILIANO DOS LIVROS DE LEITURA DO BARÃO DE MACAÚBAS

Quando assumiu o cargo de diretor da Instrução Pública do estado de Alagoas, em 1933, Graciliano Ramos adotou, nas escolas primárias públicas, a obra de Monteiro Lobato *As aventuras de Hans Staden* (1926)<sup>7</sup>. A história narrada por D. Benta conta a vinda ao Brasil de um alemão no período da colonização. Com as aventuras do personagem, as crianças aproveitavam para associar formação e ludicidade. A maneira simples de narrar de Monteiro Lobato, sem pedantismo e infantilismo, certamente fez com que Graciliano a escolhesse.

Com essa preferência de livro infantil é que Graciliano avalia seu passado de menino escolar e satiriza o tipo de leitura a partir da qual foi obrigado a se aproximar do universo literário.

As primeiras recordações do autor de *Vidas Secas* são das cartilhas e de *Os Lusíadas*, adaptado pelo ilustre educador baiano, Barão de Macaúbas. Em “Um novo ABC”, de *Linhas Tortas*, ele ironiza os efeitos da obra lusitana na formação infantil:

Admiração que eu devia ter à figura culminante da Renascença portuguesa esfriou desde que aprendi a soletrar, e até hoje ainda não me foi possível convenientemente acendê-la. É que almas danadas me obrigaram a ler Camões aos oito anos. O descobrimento do caminho das Índias aos oito anos! É positivamente um abuso. Aquela mistura de deuses do Olimpo, pretos africanos, o Gama ilustre, o gigante

<sup>7</sup> A obra infantil de Lobato (1926) é, ao mesmo tempo, uma tradução e adaptação do livro que recebeu vários títulos desde a publicação de *Hans Staden* em 1556. Em 1900, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo traduziu a obra do original para o português.

Adamastor, o rei de Melinda, a linda Inês e seu gago amante, tudo a meter-se num pobre cérebro em formação - com franqueza, é demais! Perdoe-me as cinzas do zanolho gênio, mas eu não sei se o meu ódio a ele era menor que o que me inspirava o Barão de Macaúbas. (RAMOS, 1978, p. 99).

O autor continua a rememorar o sacrifício a que se submeteu lendo os livros do Barão de Macaúbas; leitura tão penosa quanto aprender a tabuada e o catecismo. Para Graciliano Ramos, a ciência do ilustre educador confundia-se com o enigma apresentado no catecismo e nos seus livros repletos de animais que falavam para impor uma moral e preceitos pedantes cujo efeito era de dar enjoos em quem lia:

Principiei a leitura de má vontade. E logo emperrei na história de um menino vadio que, dirigindo-se à escola, se retardava a conversar com os passarinhos e recebia deles opiniões sisudas e bons conselhos. - Passarinho, queres tu brincar comigo? Forma de perguntar esquisita, pensei. E o animalejo, atarefado na construção de um ninho, exprimia-se de maneira ainda mais confusa. Ave sabida e imodesta, que se confessava trabalhadora em excesso e orientava o pequeno vagabundo no caminho do dever. Em seguida vinham outros irracionais, igualmente bem intencionados e bem falantes. Havia a moscazinha, que morava na parede de uma chaminé e voava à toa, desobedecendo às ordens maternas. Tanto voou que afinal caiu no fogo. (RAMOS, 2002, p. 117).

Intrigado com a escrita do Barão de Macaúbas, o menino Graça o considerou perverso com as moscas rebeldes e com crianças, já que “[...] intentavam elevar as crianças, os insetos e os pássaros ao nível dos professores.” (RAMOS, 2002, p. 118). Com mais esperança, chegou ao terceiro livro de Abílio Borges, que também não lhe ajudou, pois tinha o mesmo ranço dos anteriores. E concluiu que talvez os outros organizadores de histórias infantis fossem provavelmente como ele, desestimuladores da leitura.

Ainda guardo com rancor a lembrança de uma delas, pançuda, tediosa, soporífera, que me obrigaram a deletrear aos nove anos de idade [...]. Voto ao meu ilustre educador Abílio Borges uma profunda aversão. Nunca perdorei àquele responsável barbaças as horas atrozadas que passei a cochilar em cima de um horrível terceiro livro que uns malvados me meteram entre as unhas. (RAMOS, 2002, p. 64).

O horror da obra camoniana em parte se devia às adaptações brasileiras que mutilavam trechos da obra. No caso específico de *Os Lusíadas* (1572), havia dúvidas de que o poema renascentista subverteria os valores morais cristãos dos jovens leitores. Assim entendia o baiano Abílio César Borges ao adaptar a obra do poeta português Luís de Camões para as escolas brasileiras em 1879. O fato é que as aventuras heroicas de Adamastor iniciaram a criança brasileira na língua escrita do Império e República, segundo Batista e Galvão (2009). Ambos avaliam a forte relação de imposição da europeização na formação da nação brasileira recém-emancipada, com a adoção da obra para leitura nas escolas públicas e particulares.

No prefácio da obra adaptada, o Barão de Macaúbas argumenta sobre a importância dela para a formação dos rapazes brasileiros - “[...] a beleza e a sabe-

doria dos preceitos morais e sociais [...]” (BORGES, 1879, prefácio) –, além da variedade da linguagem e a preciosidade literária. Pode parecer estranho ao leitor daquele compêndio, assim transformado pelo educador baiano, que houvesse ali algum conteúdo erótico, mas o fato é que a poesia que antecedeu os séculos XVIII e XIX não se encontrava sob o jugo da razão iluminista; portanto, os autores exerciam uma licenciosidade incomum. *Os Lusíadas* foi fruto dessa tradição, mas que passou por um processo de mutilação nas adaptações para as edições escolares, particularmente os trechos que induziam cenas eróticas, como no canto nono, estrofe 83, onde Camões (2011, p. 281) celebra em poesia o amor na Ilha de Vênus: as Ninfas entregam aos navegantes aquilo que a natureza lhes dera:

Oh, que famintos beijos na floresta,  
E que mimoso choro que soava!  
Que afagos tão suaves! Que ira honesta,  
Que em risinhos alegres se tornava!  
O que mais passam na manhã e na sesta,  
Que Vênus com prazeres inflamava,  
Milhor é experimentá-lo que julgá-lo;  
Mas julgue-o quem não pode experimentá-lo.

Esses versos da obra renascentista levaram o educador baiano a suprimi-los e por isso antecipar um aviso na contracapa: “Acham supressas todas as estâncias que não devem ser lidas pelos meninos [...] [a fim de] não escandalizar a inocência dos jovens leitores.” (BORGES, 1879, prefácio).

Além do erotismo, a obra foi mutilada também do ponto de vista sócio-histórico e literário, sobretudo no que a distinguia da poética do século XIX. Mais do que uma epopeia de um herói português, *Os Lusíadas* propõe a crítica da cobiça, da rudeza e do pragmatismo dos lusitanos em relação às conquistas de novas terras. Camões torna-se, portanto, um crítico de sua terra para a qual propõe uma epopeia como salvação. Próprio das obras renascentistas, o poema oscila entre o sagrado e o profano, e, sem os elementos mencionados, cultivou-se uma imagem rançosa e obsoleta da obra, tal como a esboçada por Graciliano Ramos em seus escritos.

#### 4 OS LIVROS INFANTOJUVENIS E OS CONCURSOS DA COMISSÃO NACIONAL PARA O LIVRO INFANTIL

Como vimos, Graciliano dedicou breves escritos aos livros infantojuvenis, interesse que pode ser explicado e justificado no contexto de debate dos intelectuais que pretendiam superar as velhas formas de educar a infância. A criança passava a ser concebida pelos princípios das ciências psicológicas, biológicas e sociológicas. Ativo e capaz de escolher o que gostaria de ler, o público infantojuvenil não mais se acomodaria às formas envelhecidas do professor, do conteúdo escolar, dos métodos de ensino e dos livros didáticos ou literários.

À época, os festejados discursos dos educadores modernistas, que colocavam a escola como instituição central na mudança da estrutura social, silenciavam, conforme vozes como a do mestre Graça em *São Bernardo*, sobre o quanto



ela era determinada pelas relações de força da estrutura socioeconômica das elites agrárias brasileiras. As alianças partidárias, as trocas de favores, os apadrinhados políticos, todos esses artifícios tornavam-na um bem cobiçado.

Mas, particularmente, o que interessava aos educadores modernistas das décadas de 1920 e 1930 era a crítica à velha forma de ensino, que deveria ser reconfigurada sob o império do novo: “Novas teorias pedagógicas legitimavam as novas políticas educacionais.” (MARTINS, 2013, p. 61). O verbalismo e a passividade, próprios da escola tradicional, seriam combatidos tanto quanto o livro que se lia por necessidade e se abandonaria com prazer, argumentava Fernando de Azevedo (1968), um dos pioneiros da educação nova. Em *A educação e seus problemas*, o educador paulista denuncia o “[...] fastio das leituras sem interesse [...]” que deveria ser contraposto com o livro que promovesse a informação, o estímulo e o encanto pelo mundo. A respeito, completa Azevedo (1968, p. 133):

[...] livros que satisfaçam seu gosto e interesse, e com o direito de escolha, com que lhes desperta o espírito crítico, pelas oportunidades de comparação, alarga-se o campo de suas leituras, e com elas, o horizonte mental e social dos alunos, adquire-se uma nova sensibilidade, resultante de um mundo de ideias e emoções diferentes das ideias e emoções em que se vive, e multiplicam-se através de livros, e como através do filme e do rádio, as possibilidades e os pontos de encontro com a experiência humana.

O gosto, a sensibilidade e a preferência da criança seriam o ponto central de escolha dos livros de leitura que se destinariam ao público infantojuvenil dos anos de 1930; os que mais duravam não dispunham de tamanhos ou recursos de atração, neles, era a história realmente que seduzia (MEIRELES, 1984). Naquele cenário das novidades, o livro servia “[...] como fonte de experiência e campos de investigação, depositário da cultura universal, e estimulador e produtor de novos saberes” (MARTINS, 2013, p. 68). Outras funções para o livro infantil surgiriam, como educar “[...] as emoções, as sensibilidades e os impulsos naturais.” (MARTINS, 2013, p. 70), a fim de ajustá-los à ideologia da Era Vargas.

Imbuído dessa concepção de livro infantil, na gestão de Gustavo Capanema, o Ministério da Educação e Saúde Pública do Governo Vargas criaria, em 29 de abril de 1936, a Comissão Nacional para o Livro Infantil (CNLI)<sup>8</sup>, instituição composta inicialmente por literatos brasileiros consagrados, dentre os quais Jorge de Lima, José Lins do Rego, Cecília Meireles e Manuel Bandeira. Uma das atribuições era promover concursos de livros literários infantis para os quais a forma literária e recreativa deveria prevalecer em relação ao conteúdo.

As práticas autoritárias do então governo não permitiriam que a qualidade literária e o mundo da fantasia prevalessem diante de conteúdos doutrinários e conservadores necessários à manutenção daquele regime de governo (RAMOS FILHO, 2017). Não por acaso a produção infantil do romancista alagoano teria pouco êxito nos concursos. Ele concorreria em 1936 com *A terra dos meninos pelados* e alcançaria o terceiro lugar. Cerca de 80 livros participaram daquela edição,

<sup>8</sup> Conforme Angela Castro Gomes (2003, p. 117), em data próxima, março de 1936, Capanema havia criado o Instituto Nacional do Cinema Educativo (INCE), que atraía a iniciativa de intelectuais e artistas. Daquela data até 1945, foram rodados 233 filmes, dentre os quais 53 classificados como educativos. O antropólogo Edgard Roquete-Pinto dirigiu o INCE, órgão responsável.

cujos prêmios foram distribuídos para as seguintes obras: *O circo*, de Santa Rosa Júnior, para os livros pré-escolares; e, para as crianças de 8 a 10 anos, *A fada menina*, de Lúcia Miguel Pereira, *A casa das três rolinhas*, de Marques Rebelo, e *A terra dos meninos pelados*, de Graciliano Ramos (GOMES, 2003, p. 121). Sobre as melhores obras classificadas pelo júri, Graciliano se reportou na crônica “Um novo ABC” (1938) e compara as velhas com as novas cartilhas infantis:

Mas enquanto ali o caso se narrava com letras miúdas e safadas, em papel de embrulho, aqui as brincadeiras e as ocupações das personagens se contam em bonitas legendas e principalmente em desenhos cheios de pormenores que a narração curta não poderia contar. [...] As legendas são de Marques Rebêlo, as ilustrações de Santa Rosa, dois artistas que há tempo tiveram livros premiados no concurso de literatura infantil realizado pelo Ministério da Educação. Onde andam esses livros? Premiados e inéditos, exatamente como se não tivessem sido premiados. (RAMOS, 1978, p. 175).

A reclamação do escritor se valia do que importava nesses concursos para a CNLI: menos o livro infantil como aliado do mundo imaginário infantil e mais o conteúdo realista que acentuasse os fatos da história brasileira (RAMOS FILHO, 2017, p. 289). O mestre Graça até pretendia atender tal exigência ao concorrer em outro concurso, de 1940<sup>9</sup>, mas decidiu não participar. Com o título *Pequena história da República*, Graciliano elaborou um resumo dos fatos republicanos no qual exerce uma sátira ao continuísmo da política governista republicana, tal como a praticada no Brasil-Império. Considerando os propósitos dos concursos literários, de buscar adesão dos intelectuais aos projetos republicanos de Vargas, o que ele havia esboçado não caberia naquele cenário político-ideológico. Em 1936, Graciliano havia saído da prisão; portanto, conhecia na carne de qual ambiente se tratava e seu lugar nele.

O romancista alagoano ainda escreveria para o público infantojuvenil *Estórias de Alexandre*, na qual explora o imaginário da cultura sertaneja. Sobre esses escritos, nós nos reportaremos no tópico a seguir.

## 5 GRACILIANO E O UNIVERSO INFANTOJUVENIL EM SEUS ESCRITOS

O colega José Lins do Rego é contemplado na crônica “Um romancista do Nordeste”, de 1934<sup>10</sup>, na qual Graciliano Ramos contrapõe a curiosidade e a criatividade infantil com “as lições e as chatices da escola”. A criança de *Doidinho* era viva e aberta numa escola que exigia disciplina e obediência, mas, fora dali,

[...] tudo se anima. A água do rio não serve apenas para atirar-lhe a porcaria ganha no colégio imundo: lava-lhe a alma e transporta, para o sítio onde viveu, as suas tristezas de estudante maltratado. O bueiro do engenho é um amigo velho que o chama de longe. Na sua memória o avô deixa de ser o explorador da cabroeira que se esfalfa no eito: muda-se numa espécie de santo que se preocupa com a sorte de um assassino preso. (RAMOS, 2013, p. 135).

<sup>9</sup> O edital do concurso saiu pela revista carioca *Diretrizes*, de 1940.

<sup>10</sup> Cf. RAMOS. *Garranchos* (2013).

A criança transformava pela imaginação o lixo e o entulho em vigorosa fonte de vida, e isso se devia, em grande parte, à opressão da escola e da família que a empurrava para um mundo paralelo. Na mesma condição de *Doidinho*, o menino Graça relembra que seu lugar de refúgio era o quintal de casa para “[...] amassar barro com os pés dentro de enormes tamancos” (BARBOSA, 1942, p. 12). Os livros infantis deveriam ser cúmplices dessa fantasia, que, simultaneamente, divertiria e educaria.

Inspirado em tal propósito, o romancista alagoano compõe os escritos para o público infantojuvenil: *A terra dos meninos pelados* (1936), *A pequena história da República* (1939) e os contos de *Alexandre e outros heróis* (1977). Graciliano ainda escreveria os contos “Minsk” e “Luciana”, que estão em *Insônia*, editado pela Record em 1947<sup>11</sup>.

O pequeno conto infantil de 16 páginas, *A terra dos meninos pelados*, foi o primeiro escrito de Graciliano Ramos logo que saiu da prisão (RAMOS FILHO, 2017). Ele narra a história do menino Raimundo, habitante da cidade imaginária de Cambacará, onde é cotidianamente ultrajado por ter a cabeça pelada<sup>12</sup> e um olho preto e outro azul. A fim de fugir daquele ambiente humilhante, ele empreende uma viagem imaginária ao reino de Tatipirun, onde os automóveis, os bichos, as árvores não apenas falam, mas travam verdadeiras contendas. Diante das leis da natureza violentadas, exclama o personagem Raimundo: “Que lugar! Não faz calor nem frio, não há noite, nem chove, os paus conversam. Isto é um fim do mundo.” (RAMOS, 1977, p. 118). Tudo parecia perfeito: “Isto é agradável, murmurou Raimundo. Tudo alegre, cheio de saúde [...]. A propósito, ninguém adoce em Tatipirun, não é verdade?” (RAMOS, 1977, p. 122). Os habitantes se surpreendiam com Cambacará, o mundo de Raimundo: “Na terra dele as coisas vivas mordem.” (RAMOS, 1977, p. 123). Mas o menino prefere retornar a Cambacará, não por saudade: “[...] tenho obrigações, entende? Preciso estudar a minha lição de geografia.” (RAMOS, 1977, p. 131). Antes de partir, ele descreve cada personagem, cada lugar com nostalgia de quem não mais retornará, porque ali é o lugar de uma época, que logo passará. Ele preferiu voltar e enfrentar o mundo de humilhações, porque “[...] recusa as maravilhas do mundo visitado [...]” (LINS, 1981, p. 195). O autor de *Vidas Secas* aqui expressa marca de sua literatura, o menino Raimundo, em vez de fugir, decide enfrentar os problemas de Cambacará, mesmo ciente do que o esperava. De forma soberana, o menino Raimundo sai e retorna ao mundo real, sem interferências do adulto<sup>13</sup>.

Outro escrito para o público infantojuvenil do mestre alagoano encontra-se na coletânea de 14 contos *Alexandre e outros heróis*. Escritos entre 1938 e 1952, os contos contemplam a tradição popular do sertão nordestino. Homem de poucas posses, Alexandre possuía um olho torto e com ele guiava a imaginação; o olho bom observava o que ocorria ao seu redor. Ao apresentar em 1938 os dois personagens, Alexandre e Cesária, Graciliano Ramos esclarece: “Alexandre tinha um

<sup>11</sup> Ambos receberam recente publicação pela editora Record, em 2014 e 2015.

<sup>12</sup> Ramos Filho (2017, p. 297) esclarece que a cabeça pelada do menino Raimundo talvez fosse uma analogia ao que fizeram a Graciliano Ramos quando esteve preso na Colônia Correcional de Ilha Grande com a raspagem do cabelo: “Graciliano pelado, de certa forma recém-marginalizado, também sonharia com a magia de Tatipirun, recusaria o mundo em que vive.”

<sup>13</sup> Como antecipado, o conto alcançou o terceiro lugar no concurso de literatura infantil do Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1937.

olho torto. Com o olho certo espiava as pessoas, mas o olho torto ficava longe [...]. Com o tempo descobriu que enxergava melhor por ele que pelo outro, que era bom.” (RAMOS, 1977, p. 11), porque nele poderia adentrar um universo de fantasia, opulência, heroísmo, que contrastava com o mundo vivido, de miséria. No posfácio da obra, Álvaro Lins (1977, p. 177) assim detalha: “Todo o ambiente que o cerca evidencia a mesma carência. Alexandre acende o cigarro num candeeiro de folha; sentado na pedra de amolar, prega uma correia nova na alpercata, Mestre Gaudêncio senta-se num cepo que serve de cadeira.”

A lógica das histórias fantasiosas de Alexandre pertencia ao plano do fantástico, sem comparações com o real. Alexandre e Cesária tinham uma capacidade imensa de se mover entre um mundo e outro, como crianças, pois os heróis têm seus próprios meios de justificar os feitos. Em *O missionário*, escrito em 1952, o personagem central é um papagaio falador, portador de uma retórica digna de um bacharel. O contraste entre a linguagem bacharelesca do papagaio com um vocabulário popular e sertanejo do narrador nos leva a pensar que Graciliano rendia louvores ao modo de falar simples do homem sertanejo, ou seria uma sátira aos exageros e “pabulagens” do homem nordestino?

Se a escrita do autor alagoano tentava resumir o real em poucas palavras, Alexandre operava pelo contraste. Em *Uma canoa furada*, o narrador expunha sua habilidade para prender a atenção dos ouvintes: faz rodeios até chegar ao ponto central da fábula. A curta história rende detalhes que desagradaria o romancista alagoano: “A água entrava por um buraco e saía por outro. Compreenderam? Uma coisa muito simples, mas se eu não tivesse pensado nisso, alguns pais de família e três devotas teriam acabado no bucho da piranha.” (RAMOS, 1975, p. 73).

Um pobre diabo na vida real, Alexandre tornava-se herói em suas histórias, pois, nas façanhas narradas, sua engenhosidade o aproximava de uma figura mítica. Nesse mundo fabulístico, ele tinha posses, era herói e inteligente. O olho torto servia como álibi para viver nesse universo onírico onde a racionalidade não tinha qualquer sentido. O olho bom e outro torto era uma analogia dos dois mundos: o inventado e o real. Sua companheira e cúmplice das histórias fantasiosas, Cesária, adquire “uma aura sagrada”, acrescenta Lins, como as crianças.

## 6 CONCLUSÃO

As críticas do mestre romancista alagoano ao livro infantil da República brasileira, como tratado, têm, nos literatos e educadores nos anos de 1920 e 1930, as mesmas impressões de tentar superar as velhas formas de ensino. Particularmente sobre o livro infantil, as críticas se aproximavam, porém é possível que houvesse um ponto crucial quanto ao tipo de literatura, os efeitos na formação da infância: o mundo real não deveria ser substituído pelo inventado. Isso porque a criança precisava simultaneamente transitar entre o mundo vivido e o mundo inventado.

Com essas leituras, ele escolheu o livro de Monteiro Lobato *As aventuras de Hans Staden* para as escolas de Alagoas. O conteúdo se reporta não a uma história inventada, mas a um fato da história colonial brasileira. A forma de contar do narrador acrescentava os ingredientes necessários ao lúdico, de aventura, de mistério, tão requeridos pela mente infantil. Formava e divertia ao mesmo tempo. As

crianças aprendiam história, geografia e o vocábulo concomitantemente. O mundo inventado não se separava do mundo vivido.

Ao redigir o conto *A terra dos meninos pelados*, isto está posto quando decide que o personagem Raimundo deve expurgar as humilhações num mundo inventado, mas dele deve retornar, porque era preciso enfrentá-lo, pois a infância logo passaria. Em *Alexandre e outros heróis*, o mestre Graça segue a mesma linha de interpretação: o olho torto e outro bom era uma analogia dos dois mundos, o vivido e o inventado. Alexandre usava o olho torto para seus necessários devaneios, mas o olho bom continuava atento ao que se passava ao redor. Não apenas a infância necessitava desse trânsito, afinal o que são as nossas utopias e esperanças, senão o mundo inventado de que precisamos para viver com vigor? Do mundo vivido de Alexandre, pouco se podia esperar, restavam as fantasiosas histórias onde ele tinha posses, era inteligente e herói.

Os livros infantis, portanto, deveriam ser álibi desses dois mundos. As narrativas deveriam ser simples e diretas, acompanhadas de ilustrações, nas quais o conteúdo associasse imaginação e realidade, diversão e educação. A escrita literária parece ter algo de próximo das impressões da criança, por transcenderem ao real. No universo infantil, tal processo ocorre naturalmente pela necessidade de refúgio e proteção dos reverses do mundo real.

## REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Fernando de. *A educação e seus problemas*. 4. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1968.
- BARBOSA, Francisco de Assis. A vida de Graciliano Ramos - reportagem biográfica. *Diretrizes*, Rio de Janeiro, ano V, n. 122, p. 12, 20 out. 1942.
- BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *Livros escolares de leitura no Brasil: elementos para uma história*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009.
- BENJAMIN, W. Livros infantis velhos e esquecidos. In: BENJAMIN, W. *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação*. Tradução, apresentação e nota de Marcus Vinicius Mazzari. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011. p. 53-68.
- BENJAMIN, W. Visão do livro infantil. In: BENJAMIN, W. *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação*. Tradução, apresentação e nota de Marcus Vinicius Mazzari. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011. p. 69-80.
- BORGES, Abílio César. *Os Lusíadas, poema épico de Luís de Camões*. Bruxellas: Typographia e Lithographia, 1879.
- GOMES, Angela de Castro. Literatura infantil, história do Brasil e política cultural na Era Vargas. *Revista da USP*, São Paulo, p. 116-133, set./nov. 2003.
- LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. *Literatura infantil brasileira: história e histórias*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1988.
- LINS, Osman. O mundo recusado, o mundo aceito e o mundo enfrentado. In: RAMOS, Graciliano. *Alexandre e outros heróis*. Rio de Janeiro: Record, 1977. p. 173-184.

- MARTINS, Marcus Vinicius R. *A biblioteca escolar no processo de escolarização da leitura no contexto do movimento Escola Nova: 1920-1940*. 2013. 144 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.
- MEIRELES, Cecília. *Problemas da literatura infantil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- RAMOS, Graciliano. *Alexandre e outros heróis*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 1977.
- RAMOS, Graciliano. Alguns números relativos à instrução primária em Alagoas. *In: RAMOS, Graciliano. Garranchos*. Rio de Janeiro: Record, 2013. p. 143-145.
- RAMOS, Graciliano. *Infância*. 36. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002a.
- RAMOS, Graciliano. *Infância*. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- RAMOS, Graciliano. *Linhas tortas: obra póstuma*. 18. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002b.
- RAMOS, Graciliano. Professores improvisados. *In: RAMOS, Graciliano. Viventes das Alagoas*. Rio de Janeiro: Record, 2007. p. 147-149.
- RAMOS, Graciliano. *São Bernardo*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- RAMOS, Graciliano. Um romancista do nordeste. *In: RAMOS, Graciliano. Garranchos*. Rio de Janeiro: Record, 2013. p. 33-36.
- RAMOS FILHO, Ricardo. Graciliano na terra dos meninos pelados. *In: ABDALA JÚNIOR, Benjamin. Graciliano Ramos: muros sociais e aberturas artísticas*. Rio de Janeiro: Record, 2017. p. 281-305.

Recebido em: 7 nov. 2018

Aceito em: 31 jan. 2019